

CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE  
LIDO DA SESSÃO  
EM: 16/02/24  
Presidente



PREFEITURA DE  
**HORIZONTE**  
DE MÃOS DADAS COM VOCÊ

CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE  
APROVADO  
EM: 16/02/24  
Presidente

MENSAGEM Nº 01/2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Vimos encaminhar a Vossas Excelências, para apreciação e deliberação dessa augusta Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei que **CRIA A COORDENADORIA DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Na certeza de que os ilustres membros dessa egrégia Casa Legislativa haverão de conferir o indispensável apoio a esta proposição, rogamos a Vossa Excelência emprestar a valiosa e imprescindível colaboração no encaminhamento da matéria

Atenciosamente,

Horizonte/CE, 15 de fevereiro de 2024.

*Manoel Gomes de Farias Neto*  
PREFEITO DE HORIZONTE

GABINETE DO PRESIDENTE  
Recebido  
Em: 16/02/2024  
Por: Vitoria

Ao Exmo. Sr.

**DIEGO PINHEIRO DE OLIVEIRA DA SILVA**

MD Presidente da Câmara de Vereadores Horizonte

/NESTA





**PREFEITURA DE  
HORIZONTE**  
DE MÃOS DADAS COM VOCÊ

## JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei visa criar a Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher, vinculada diretamente a Secretaria de Assistência, Igualdade e Desenvolvimento Social, no Município de Horizonte, uma medida essencial para promover a igualdade de gênero, combater a violência contra as mulheres e fortalecer as políticas públicas voltadas para esse segmento da população.

A criação da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher visa consolidar um órgão especializado, capaz de articular políticas públicas, projetos e ações que atendam às demandas específicas das mulheres horizontinas. Este órgão se propõe a ser um elo entre a administração municipal, a sociedade civil e demais entidades, promovendo a integração de esforços na construção de uma cidade mais justa e igualitária.

A existência de uma Coordenadoria dedicada aos direitos da mulher fortalece a estrutura de políticas públicas no município. Isso permitirá uma abordagem mais específica e eficaz na implementação de programas e projetos que atendam às demandas e necessidades das mulheres, abrangendo áreas como saúde, educação, emprego, e assistência social.

Além disso, a criação da Coordenadoria também visa promover o empoderamento das mulheres, estimulando sua participação ativa na sociedade. Através de iniciativas educativas e de conscientização, pretendemos criar um ambiente propício para que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos, contribuindo para o desenvolvimento do município de Horizonte.

A necessidade de uma Coordenadoria exclusiva para a defesa dos direitos das mulheres fundamenta-se no fato de que, apesar dos avanços conquistados ao longo dos anos, persistem desafios e obstáculos que impactam negativamente a vida das mulheres. Seja no enfrentamento à violência doméstica, na promoção da igualdade salarial, no acesso à educação e saúde, ou em outras dimensões da vida cotidiana, é crucial contar com uma estrutura governamental dedicada e especializada.

Renovo a todos que fazem dessa Egrégia Casa Legislativa votos de elevada estima e distinto apreço.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE**, ao 15 de fevereiro de 2024.

*Manoel Gomes de Farias Neto*  
**PREFEITO DE HORIZONTE**



**PROJETO DE LEI Nº 06, 15 DE FEVEREIRO DE 2024**

**CRIA A COORDENADORIA DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE HORIZONTE** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica criada a Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher, órgão que ficará vinculada diretamente a Secretaria de Assistência, Igualdade e Desenvolvimento Social, no Município de Horizonte.

**Art. 2º.** A Coordenadoria prevista no art. 1º desta Lei, tem como finalidade assessorar, assistir, apoiar, articular e acompanhar ações, programas e projetos voltados à mulher, tendo por competência:

I – dar assessoramento às ações políticas relativas à condição de vida da mulher e ao combate aos mecanismos de subordinação e exclusão, que sustentam a sociedade discriminatória, visando buscar a promoção da cidadania feminina e da igualdade entre os gêneros;

II – prestar apoio e assistência ao diálogo e a discussão com a sociedade e movimentos sociais no Estado, constituindo fóruns regionais para articulação de ações e recursos em políticas de gênero e, ainda, participar de fóruns, encontros, reuniões, seminários e outros que abordem questões relativas à mulher;

III – dar assessoramento e articular com diferentes órgãos do governo programas dirigidos à mulher em assuntos de seu interesse, que envolvam saúde, segurança, emprego, salário, moradia, educação, agricultura, raça, etnia, comunicação, participação política e outros;

IV – prestar assistência aos programas de capacitação, formação e de conscientização da comunidade, especialmente do funcionalismo municipal;

V – prestar assessoramento ao Prefeito Municipal em questões que digam respeito aos direitos da mulher;

VI – acompanhar o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher e orientar o encaminhamento de denúncias relativas à discriminação da mulher;

VII – promover a realização de estudos, de pesquisas, formando um banco de dados, ou de debates sobre a situação da mulher e sobre as políticas do gênero;

VIII – efetuar intercâmbio com as instituições públicas, privadas, nacionais e estrangeiras envolvidas com o assunto mulher, visando à busca de informações para qualificar as políticas a serem implantadas;



**IX** – coordenar e administrar ações e projetos específicos ao temas envolvendo políticas para as mulheres;

**X** – executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser designadas pela autoridade superior.

**Art. 3º** - A Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher terá a seguinte estrutura:

**I** - Coordenador (a) Geral;

**II** - Grupo de Trabalho Técnico Operacional.

**§ 1º.** O Grupo de Trabalho Técnico Operacional será composto por, no mínimo, 04 (quatro) integrantes, de forma paritária entre servidores municipais e membros da sociedade civil.

**§ 2º** Decreto do Chefe do Poder Executivo regulamentara a estrutura e o funcionamento da Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher.

**Art. 4º** A Coordenadoria poderá expedir instruções normativas para funcionamento e execução de suas tarefas, desde que previamente aprovadas pelo Chefe do Poder Executivo.

**Art. 5º** A Atividade de membro da Coordenadoria de Políticas da Mulher será considerada serviço de relevante interesse social.

**Art. 6º** O item 3.4 do artigo 21 da Lei nº 1.417, de 25 de junho de 2021 passa a ter a seguinte redação:

#### **3.4. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA, IGUALDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

##### **3.4.1. Assessoria de Planejamento e Gestão do SUAS**

##### **3.4.2. Coordenadoria de Proteção Social Básica, Segurança Alimentar e Nutricional e Promoção da Igualdade Racial**

3.4.2.1. Núcleo de Gestão do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

3.4.2.2. Núcleo de Gestão da Segurança Alimentar Nutricional

3.4.2.3. Núcleo de Promoção da Igualdade Racial

##### **3.4.3. Coordenadoria de Proteção Social Especial (PSE)**

3.4.3.1. Núcleo de Alta e Média Complexidade

##### **3.4.4. Coordenadoria de Transferência de Renda e Trabalho**

3.4.4.1. Núcleo do Cadastro Único

3.4.4.2. Núcleo de Trabalho e Empreendedorismo

##### **3.4.5. Coordenadoria Administrativa e Financeira**

##### **3.4.6. Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher**

**Art. 7º.** A TABELA 9 do ANEXO II a que se refere o § único do artigo 43 da Lei nº 1.417, de 25 de junho de 2021 passa vigor com a seguinte alteração:



**09 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA, IGUALDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Nomenclatura do Cargo	Simbologia	Quantidade
Secretário de Assistência, Igualdade e Desenvolvimento Social	---	01
<b>Assessor de Planejamento e Gestão do SUAS</b>	<b>DNS-6</b>	<b>01</b>
<b>Coordenador de Proteção Social Básica, Segurança Alimentar e Nutricional e Promoção da Igualdade Racial</b>	<b>DAS-2</b>	<b>01</b>
Gerente do Núcleo de Gestão do Centro de Referência de Assistência Social	DAS-4	01
Gerente do Núcleo de Gestão da Segurança Alimentar Nutricional	DAS-4	01
Gerente do Núcleo de Promoção da Igualdade Racial	DAS-4	01
<b>Coordenador de Proteção Social Especial</b>	<b>DAS-2</b>	<b>01</b>
Gerente do Núcleo de Alta e Média Complexidade	<b>DAS-4</b>	01
<b>Coordenador de Transferência de Renda e Trabalho</b>	<b>DAS-2</b>	<b>01</b>
Gerente do Núcleo de Cadastro Único	<b>DAS-4</b>	01
<b>Coordenador Administrativo e Financeiro</b>	<b>DAS-2</b>	<b>01</b>
<b>Gerente do Núcleo de Habitação</b>	<b>DAS-4</b>	<b>01</b>
<b>Coordenador de Defesa dos Direitos da Mulher</b>	<b>DAS-2</b>	<b>01</b>

**Art. 8º.** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentaria própria, suplementadas se necessário.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

**PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTE**, em 15 de fevereiro de 2024.

*Manoel Gomes de Farias Neto*  
**PREFEITO DE HORIZONTE**





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**HORIZONTE**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

<b>PROJETO DE LEI</b> <b>Nº 006/2024</b>	<b>Cria a Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher no Município de Horizonte e dá outras providências.</b>	<b>PODER EXECUTIVO</b>
---	--	------------------------

**PARECER nº 005/2024**

**RELATÓRIO:**

O Projeto de Lei em destaque de iniciativa do Poder Executivo que “Cria a Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher no Município de Horizonte e dá outras providências.” foi encaminhado a esta Comissão e cumprindo os trâmites legais, para análise e a emissão do parecer.

**PARECER:**

Cabe à Comissão de Constituição e Justiça, opinar quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico e de redação técnica conforme o Regimento Interno:

“**Art. 55, § 1:** Excetuadas as hipóteses de Comissão Especial, a proposição será distribuída: a) obrigatoriamente para a Comissão de Constituição e Justiça, para o exame de admissibilidade constitucional e jurídica.

Analisando minuciosamente o Projeto de Decreto Legislativo em tela, não se vislumbra nenhuma ilegalidade e não havendo qualquer óbice quanto ao aspecto jurídico legal.

**VOTO DA COMISSÃO:**

Assim, essa Comissão, entende pela CONSTITUCIONALIDADE E PLENA LEGALIDADE do **PROJETO DE LEI Nº 006/2024**, do Poder Legislativo, opinando pelo regular prosseguimento do processo legislativo referente ao mesmo.

**SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE**, ao 01 dia do mês de março de 2024.

**Presidente:** RHENAN CAVALCANTE ASSUNÇÃO – PSB;

**Vice-Presidente:** ANTONIO CARLOS GOMES – PDT;

**Membro:** ERISVALDO DE SOUSA NASCIMENTO - SD



# CÂMARA MUNICIPAL DE **HORIZONTE**

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

<b>PROJETO DE LEI Nº 006/2024</b>	<b>Cria a Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Mulher no Município de Horizonte e dá outras providências.</b>	<b>PODER EXECUTIVO</b>
---------------------------------------	--	------------------------

### **PARECER Nº 002/2024**

O referido Projeto de Lei foi encaminhado a esta Comissão para análise e a emissão do seguinte parecer

#### **PARECER:**

Esta Comissão acolheu plenamente a Justificativa do Projeto de Lei em epígrafe

*Conforme Art. 55, inciso II, do Regimento Interno da Câmara, cabe à Comissão de Orçamento, Fiscalização e Administração Pública, emitir parecer sobre todos os assuntos de caráter financeiro e especialmente sobre o patrimônio municipal e opinar sobre suas viabilidades orçamentarias. "*

Portanto, não há qualquer empecilho à sua tramitação.

Esta Comissão acolheu plenamente a Justificativa do Projeto de Lei em epígrafe, portanto, não há qualquer empecilho à sua tramitação.

#### **VOTO DA COMISSÃO:**

Assim, essa Comissão, entende que o **PROJETO DE LEI Nº 006/2024**, do Poder Executivo, deve seguir seu rito normal de tramitação.

**SALA DAS COMISSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE**, ao 1º dia do mês de março de 2024.

**Presidente:** ANTONIO CARLOS GOMES – **PDT;**

**Vice-Presidente:** FÁTIMA TATIANA FREIRE NOGUEIRA – **REP;**

**Membro:** JOSÉ FLÁVIO CABRAL LIMA – **AVANTE.**



## PROJETO DE LEI Nº 014/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE  
LIDO DA SESSÃO  
EM: 05/03/2024  
Presidente

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DE COMBATE AO  
FEMINICÍDIO.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE, por seus representantes legais; DECRETA:**

**Art.1º** Fica instituído o Dia Municipal de Combate ao Feminicídio, a ser celebrado no dia 25 de novembro (Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher), sendo incluído no calendário oficial do município de Horizonte.

**Art.2º** Promover campanhas, debates, seminários, palestras e outras atividades, pela sociedade civil organizada para conscientizar a população sobre a importância do combate ao Feminicídio, na forma tentada ou consumada, e demais formas de violência contra a mulher.

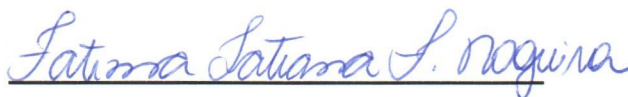
**Art.3º** O Poder Executivo poderá intensificar as ações para:

- I – difundir de informações sobre o combate ao feminicídio;
- II – promover eventos para o debate público sobre a política Nacional de combate à violência contra a mulher;
- III – difundir boas práticas de conscientização, prevenção e combate ao feminicídio;
- IV – mobilizar a comunidade para a participação nas ações de prevenção e enfrentamento ao feminicídio;
- V – divulgar de iniciativas, ações e campanhas de combate ao feminicídio e violência contra a mulher.

**Art.4º** As despesas com a execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art.5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE (CE)**, aos 04 dias de março de 2024.



FÁTIMA TATIANA FREIRE NOGUEIRA

Vereadora

**RECEBIDO EM:**

04 / 03 / 24  
CÂMARA MUN. DE HORIZONTE



## JUSTIFICATIVA

A magnitude do fenômeno do feminicídio tem atingido em nosso país proporções cada vez mais alarmantes. É observado que o tema da violência contra a mulher, muitas delas visando a repressão desses crimes, os números mostram que não basta punir é preciso também aumentar a rede de proteção à mulher e mudar a cultura do agressor. Mas é certo que, sem a mudança na educação da população em geral, e o fim de uma cultura que trata a mulher como coisa de propriedade de seu marido ou companheiro, essa situação jamais será resolvida.

Para tanto, proponho a instituição de um Dia Municipal de Combate ao Feminicídio, que será incluído no calendário oficial do município de Horizonte, para ser data em que se promovam diversas ações educativas e preventivas relacionadas ao tema.

O dia foi escolhido por ser a mesma data internacionalmente instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. Esse dia foi escolhido pela ONU porque, em 25 de novembro de 1960, as irmãs Mirabal – Pátria Mirabal, Minerva Mirabal e Maria Teresa Mirabal –, conhecidas como “Las Mariposas”, foram brutalmente assassinadas a mando do ditador que governava a República Dominicana, porque combatiam aquela ditadura.

No Brasil, mais de 40% das mulheres já sofreram violência doméstica em algum momento da vida. O Brasil se encontra na 5ª posição em assassinato de mulheres e as negras são ainda mais violentadas. De acordo com informações divulgadas pela Agência Brasil, muitas vezes as mulheres são vítimas dos próprios familiares (50,3%) ou parceiros/ex-parceiros (33,2%).

Diante desses dados alarmantes muito ainda precisa ser feito para dar um basta a essa triste realidade. Portanto, é de suma importância que o município de Horizonte tenha um dia especialmente destinado à conscientização e ao combate ao feminicídio.

Por todo o exposto, e crendo na imperiosa necessidade de tomarmos medidas educativas para combater o feminicídio e todas as formas de violência contra a mulher, conclamo os Nobres Pares a aprovarem esta proposição.

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE (CE), aos 04 dias de março de 2024.**



**FÁTIMA TATIANA FREIRE NOGUEIRA**

Vereadora